



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Diretrizes Urbanísticas

Diretrizes Urbanísticas Específicas - DIUPE SEI-GDF n.º 07/2023 -
SEDUH/SEADUH/COGEST/DIRUR

Brasília-DF, 04 de maio
de 2023

DIRETRIZES URBANÍSTICAS ESPECÍFICAS – DIUPE 07/2023

Processo SEI: 00390-00012188/2022-98
Diretrizes Urbanísticas Gerais: DIUR 05/2013 – Setor Habitacional Taquari Etapa II, ora equivalente ao Estudo Territorial Urbanístico da mesma área em questão, conforme aponta o Art. 6º da Portaria Nº 59, de 27 de maio de 2020, republicada no DODF nº 103, de 2 de junho de 2020, que regulamenta a emissão dos Estudos Territoriais Urbanísticos e das Diretrizes Urbanísticas Específicas.
Elaboração: Ingrid Mendes Ribeiro Sampaio – Assessora de Diretrizes Urbanísticas (DIRUR/COGEST/SUDEC/SEADUH/SEDUH)
Coordenação: Yamila Khrisna O. do N. Cunha – Diretora de Diretrizes Urbanísticas (DIRUR/COGEST/SUDEC/SEADUH/SEDUH)
Supervisão: Andréa Mendonça de Moura – Subsecretária de Desenvolvimento das Cidades (SUDEC/SEADUH/SEDUH) Janaína Domingos Vieira – Secretária Adjunta de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEADUH/SEDUH)
Interessado: Atrium e Tao Empreendimentos Imobiliários S.A.
Endereço: Gleba objeto da Matrícula nº 125.889, localizada no Setor Habitacional Taquari II, Região Administrativa do Lago Norte – RA XVIII.
Área: 65,513 ha

1. Disposições Iniciais

1.1. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH, órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal, tem a competência de definir Diretrizes Urbanísticas, nos termos da [Lei Federal N° 6.766, de 19 de dezembro de 1979](#), que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, e do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF - PDOT, [Lei Complementar N° 803, de 25 de abril de 2009](#), e sua atualização, [Lei Complementar N° 854, de 15 de outubro de 2012](#), com alterações decorrentes também da [Lei Complementar N° 951, de 25 de março de 2019](#) e da [Lei Complementar N° 986, de 30 de junho de 2021](#), que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – Reurb no Distrito Federal;

1.2. A DIUPE, de acordo com a [Portaria Nº 59, de 27 de maio de 2020](#), que regulamenta a emissão dos Estudos Territoriais Urbanísticos – ETU e das Diretrizes Urbanísticas Específicas – DIUPE, é o instrumento orientador do projeto de parcelamento do solo urbano, nos termos dos arts. 6º e 7º da [Lei Federal Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979](#), e do art. 43 da [Lei Complementar Nº 803, de 25 de abril de 2009](#), e sua atualização por meio da [Lei Complementar Nº 854, de 15 de outubro de 2012](#) e deve basear-se no ETU incidente sobre a área do respectivo parcelamento;

1.3. Esta DIUPE detalha a DIUR 05/2013, ora equivalente ao Estudo Territorial Urbanístico da mesma área em questão, conforme aponta o art. 6º da [Portaria Nº 59, de 27 de maio de 2020](#), que regulamenta a emissão dos Estudos Territoriais Urbanísticos e das Diretrizes Urbanísticas Específicas – nos termos da [Lei Federal Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979](#), da [Lei Complementar Nº 803, de 25 de abril de 2009](#) e sua atualização por meio da [Lei Complementar Nº 854, de 15 de outubro de 2012](#), e da [Lei nº 5.547, de 6 de outubro de 2015 – republicada no DODF nº 103 de 2 de junho de 2020](#);

1.3.1. Esta DIUPE é elaborada tendo como base os critérios estabelecidos no art. 3º da [Portaria Nº 59, de 27 de maio de 2020](#), definidos para os casos em que a haja inexistência ou desatualização do ETU;

1.3.2. Esta DIUPE 07/2023 substitui a DIUPE 01/2017 que perdeu a validade por decurso de prazo.

1.4. O prazo de validade das Diretrizes Urbanísticas Específicas - DIUPE é de **4 anos**, a contar da data de sua emissão;

1.4.1. No caso de revisão da DIUR 05/2013, ficam os parâmetros de uso e ocupação do solo da DIUR válidos durante o prazo de validade de que trata o item **1.4** para a área objeto desta DIUPE;

1.4.2. Esta DIUPE poderá ser revista no prazo de validade em decorrência de atualização do ETU que implique em alterações na densidade demográfica ou em restrições ambientais à ocupação da área, de acordo com o art. 3º da [Portaria Nº 59, de 27 de maio de 2020](#).

1.5. Esta DIUPE aplica-se ao parcelamento urbano do solo de propriedade de Atrium e Tao Empreendimentos Imobiliários S.A, em gleba de Matrícula nº 125.889 (2º CRI), com área de 65,513 ha, localizada no Setor Habitacional Taquari II, Região Administrativa do Lago Norte – RA LN, cuja poligonal consta no Processo SEI 0429-000018/2016

1.5.1. Os limites e a localização da poligonal considerados nesta DIUPE constam nos documentos apresentados no Processo SEI 0429-000018/2016, sendo a veracidade dos dados apresentados no levantamento topográfico de inteira responsabilidade do proprietário e/ou interessado e demais responsáveis técnicos.

1.6. A gleba objeto desta DIUPE encontra-se integralmente na área de abrangência das Diretrizes Urbanísticas emitidas para o Setor Habitacional Taquari Etapa II, aprovada pela [Portaria nº68, de 03 de outubro de 2014](#), cujas disposições se aplicam a este parcelamento;

1.7. Este documento define **Diretrizes de Sistema Viário e Circulação, Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo, Diretrizes de Áreas Públicas, Densidade Populacional e Aspectos Ambientais**;

1.8. As diretrizes de Uso e Ocupação do Solo estão de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS ([Lei Complementar Nº 948, de 16 de janeiro de 2019](#) e sua atualização, [Lei Complementar nº 1.007, de 28 de abril de 2022](#));

1.9. Os Aspectos Ambientais estão de acordo com Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF, [Lei Nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019](#), e legislações ambientais específicas publicadas até o momento de publicação desta norma;

1.10. As diretrizes de Sistema Viário estão de acordo com o disposto no [Decreto nº 38.047, de 09 de março de 2017](#) e na [Nota Técnica nº 02/2015-DAUrb/SUAT](#);

1.11. A localização da gleba encontra-se representada na **Figura 1**;

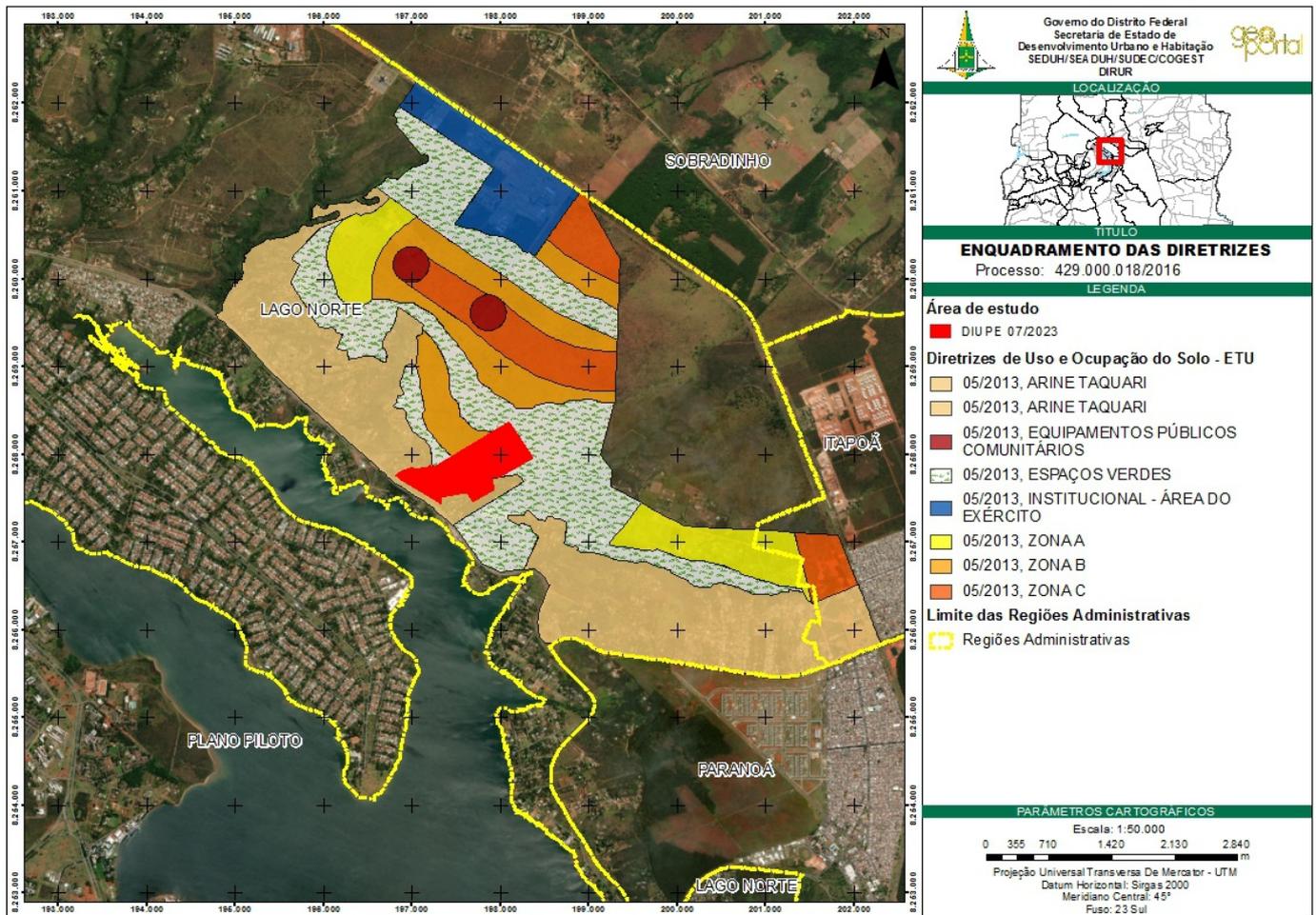


Figura 1: Localização da gleba em relação à DIUR e às Regiões Administrativas do DF

1.12. Os arquivos georreferenciados referentes a esta DIUPE serão disponibilizados no Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do Distrito Federal (SITURB) e no [GeoPortal](#).

2. Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF – PDOT

2.1. Parte da gleba está inserida na **Área Setor Taquari – Etapa 2**, integrante da **Estratégia de Oferta de Áreas Habitacionais**, definida através do art. 105 e indicadas no art. 135 do PDOT ([Lei Complementar N° 803, de 25 de abril de 2009](#)) (Figura 2);

2.1.1. Deverão ser observadas as orientações e diretrizes previstas para a **Estratégia de Oferta de Áreas Habitacionais** constantes nos arts. 134, 136 e 137 do PDOT.

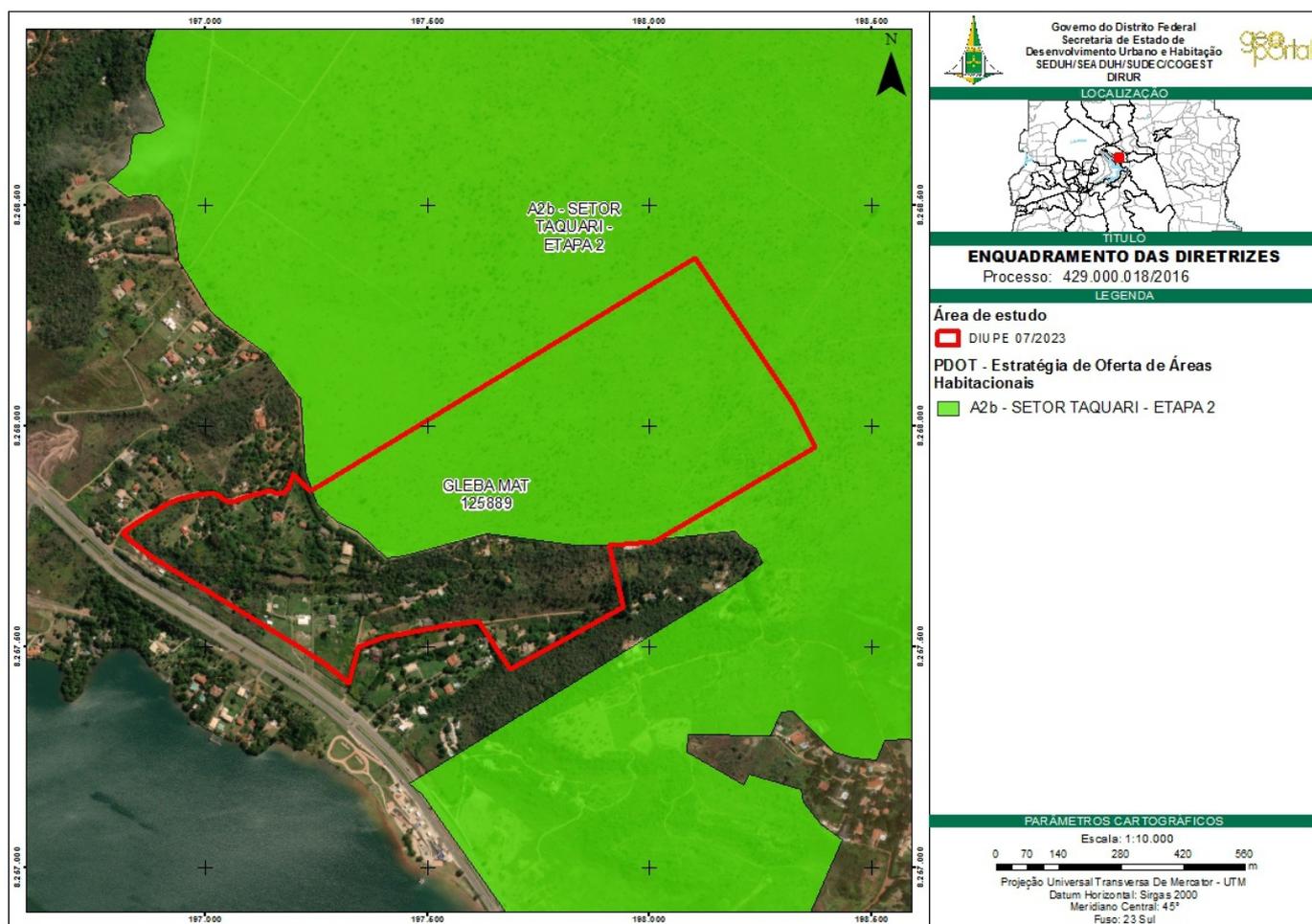


Figura 2: Localização da gleba em relação à Estratégia de Oferta de Áreas Habitacionais do PDOT

2.2. Parte da gleba está inserida na **Área de Regularização de Interesse Específico – ARINE Taquari II**, integrante das **Estratégias de Regularização Fundiária Urbana (Figura 3)** conforme os art. 117 e 125 do PDOT ([Lei Complementar N° 803, de 25 de abril de 2009](#));

2.2.1. A fixação dos índices urbanísticos para as **Áreas de Regularização** deverá considerar o disposto no art. 131 do PDOT ([Lei Complementar N° 803, de 25 de abril de 2009](#)) e os parâmetros definidos no “ANEXO VI – PARÂMETROS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS DE REGULARIZAÇÃO” da [Lei Complementar N° 986, de 30 de junho de 2021](#).

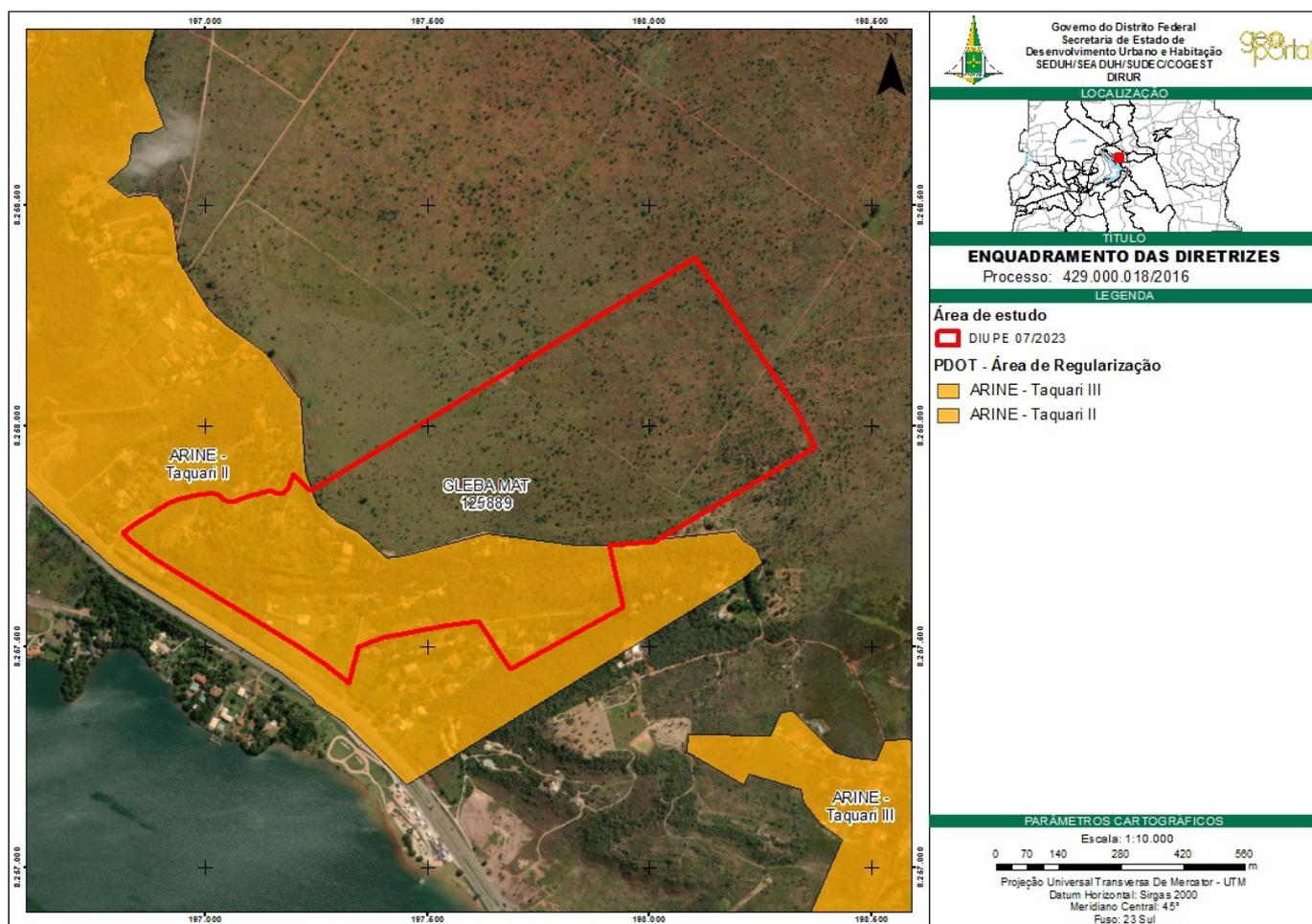


Figura 3: Detalhe da localização da gleba em relação à Estratégia de Regularização Fundiária Urbana do PDOT

3. Aspectos Ambientais

3.1. Parte da gleba está inserida na **Zona de Conservação da Vida Silvestre - ZCVS** da APA do Planalto Central, criada através do [Decreto de 10 de janeiro de 2002](#);

3.2. Parte da gleba está inserida na **Zona de Uso Sustentável - ZUS** da APA do Planalto Central criada através do [Decreto de 10 de janeiro de 2002](#);

3.3. O plano de ocupação deve observar as diretrizes específicas para a **Zona de Conservação da Vida Silvestre - ZCVS** e para a **Zona de Uso Sustentável - ZUS** da APA do Planalto Central (Figura 4) onde ela está inserida, de acordo com o **Plano de Manejo da APA do Planalto Central** aprovado pela [Portaria ICMBIO nº 28, de 17 de abril de 2015](#);

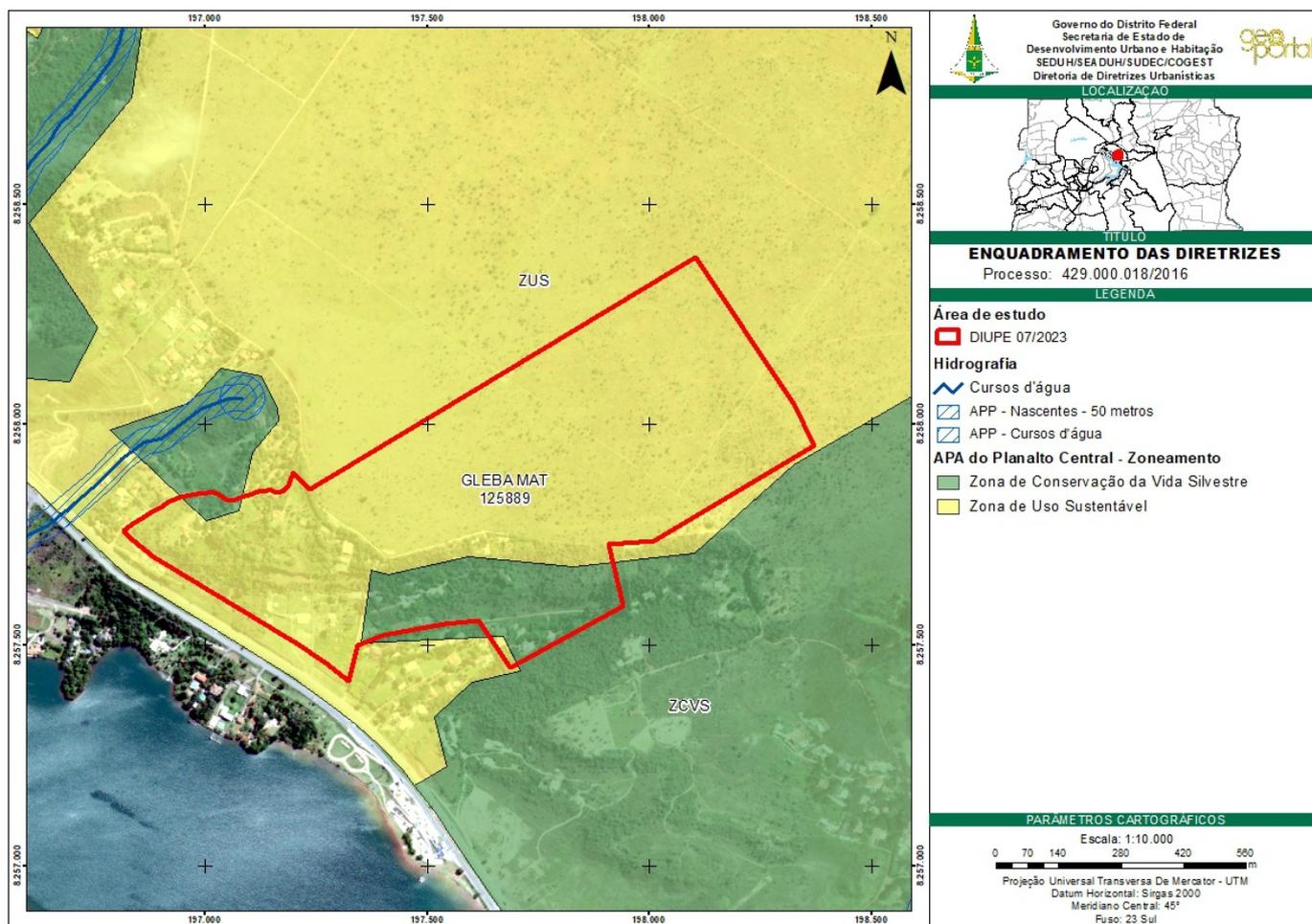


Figura 4: Localização da gleba em relação à APA do Planalto Central

3.4. Parte da gleba está inserida na **Zona de Vida Silvestre** da **APA do Lago Paranoá** criada através do [Decreto nº 12.055 de 14 de dezembro de 1989](#);

3.4.1. O plano de ocupação deve observar as diretrizes específicas para a **Subzona de Conservação da Vida Silvestre – ZCVS** da **APA do Lago Paranoá** (Figura 5), de acordo com o [Decreto nº 33.537, de 14 de fevereiro de 2012](#) e com o **Plano de Manejo da APA do Lago Paranoá** aprovado pelo [Decreto nº 27.474, de 06 de dezembro de 2006](#).

3.5. Parte da gleba está inserida na **Zona de Ocupação Especial** da **APA do Lago Paranoá** criada através do [Decreto nº 12.055 de 14 de dezembro de 1989](#);

3.5.1. O plano de ocupação deve observar as diretrizes específicas para a **Subzona de Ocupação Especial de Interesse Ambiental - ZOEIAe** da **Subzona de Ocupação Especial do Taquari – ZOET** da **APA do Lago Paranoá** (Figura 5) de acordo com o [Decreto nº 33.537, de 14 de fevereiro de 2012](#) e com o **Plano de Manejo da APA do Lago Paranoá** aprovado pelo [Decreto nº 27.474, de 06 de dezembro de 2006](#).

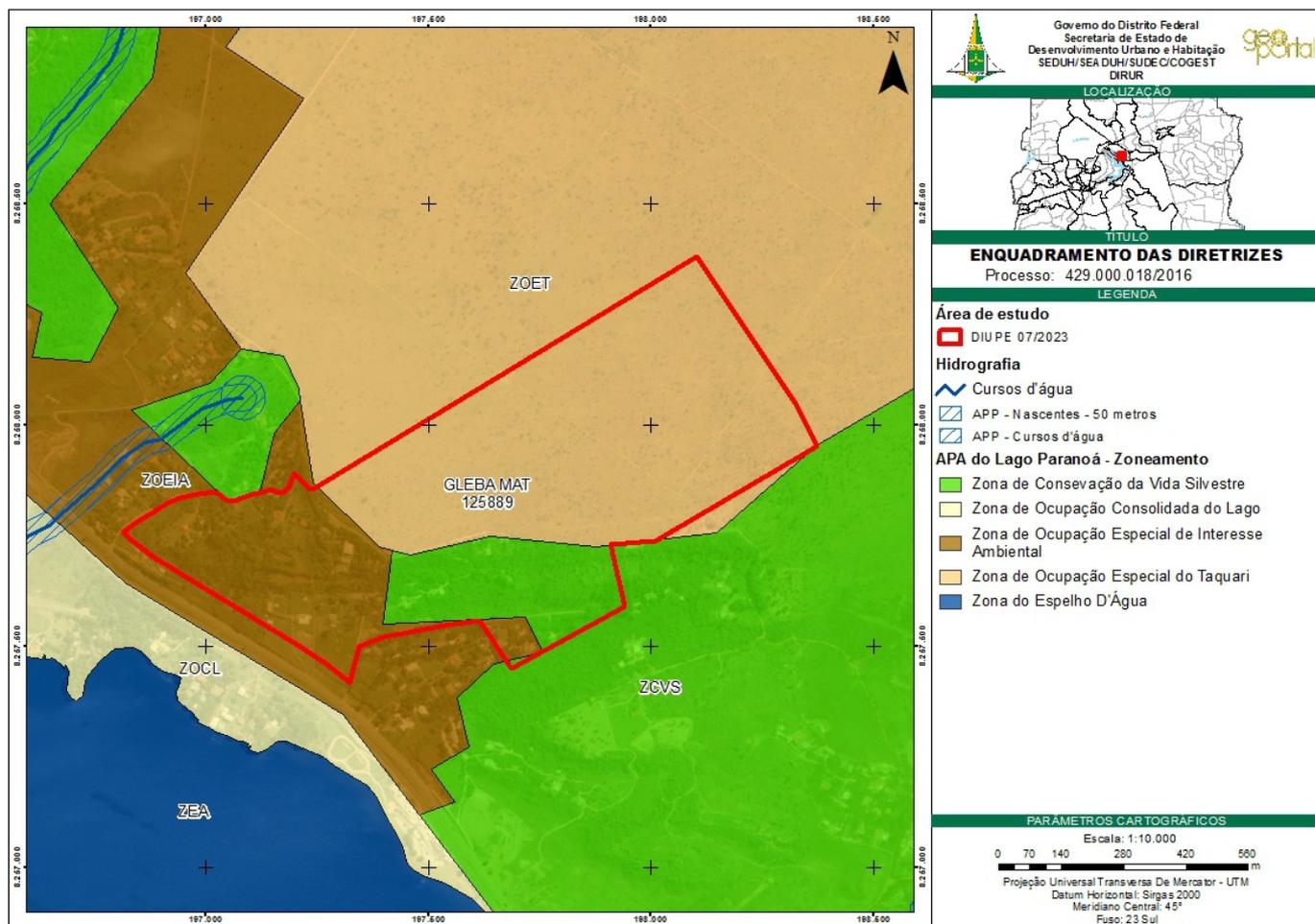


Figura 5: Localização da gleba em relação às Subzonas da APA do Lago Paranoá

3.6. A gleba objeto desta DIUPE deverá observar as restrições definidas no art. 3º da [Lei Federal N° 6.766, de 19 de dezembro de 1979](#), relativas às áreas com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento) (**Figura 6**);

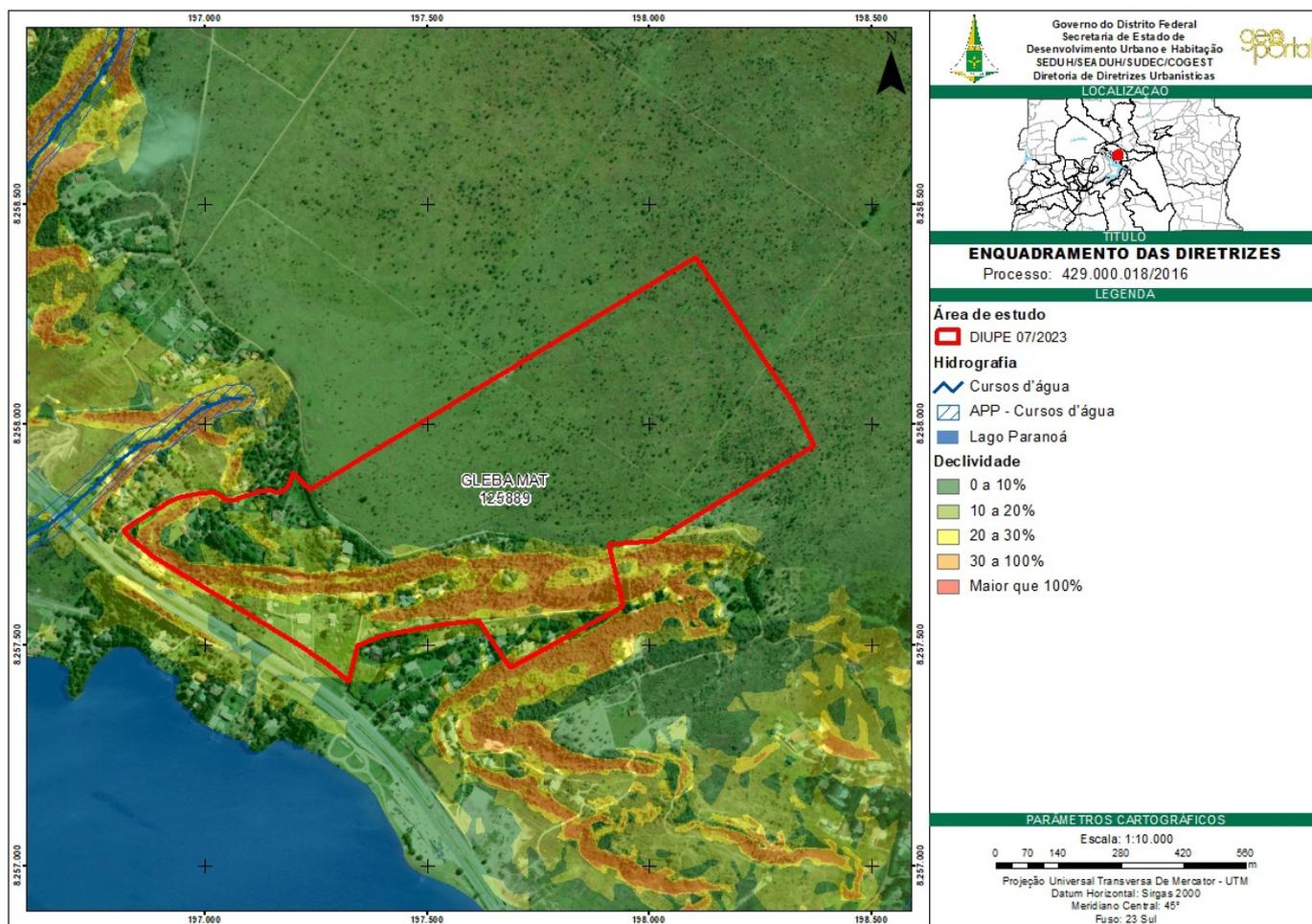


Figura 6: Localização da gleba em relação à Declividade e Hidrografia

3.7. A gleba está inserida na **Zona Ecológico-Econômica de Dinamização Produtiva com Equidade – ZEEDPE**, precisamente na **Subzona de Dinamização Produtiva com Equidade 5 – SZDPE 5** conforme os art. 11 e 13 da [Lei Nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019](#);

3.7.1. O plano de ocupação deve seguir as diretrizes específicas para a **Zona Ecológico-Econômica de Dinamização Produtiva com Equidade – ZEEDPE** e **Subzona de Dinamização Produtiva com Equidade 5 – SZDPE 5** (Figura 7) onde a gleba está inserida, conforme os art. 23 e 28 da [Lei Nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019](#).

3.8. O plano de ocupação deve seguir, também, o Art. 14 que define as diretrizes gerais para o zoneamento e o Art. 9º da [Lei Nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019](#), que dispõe sobre a natureza das atividades econômicas do ZEE;

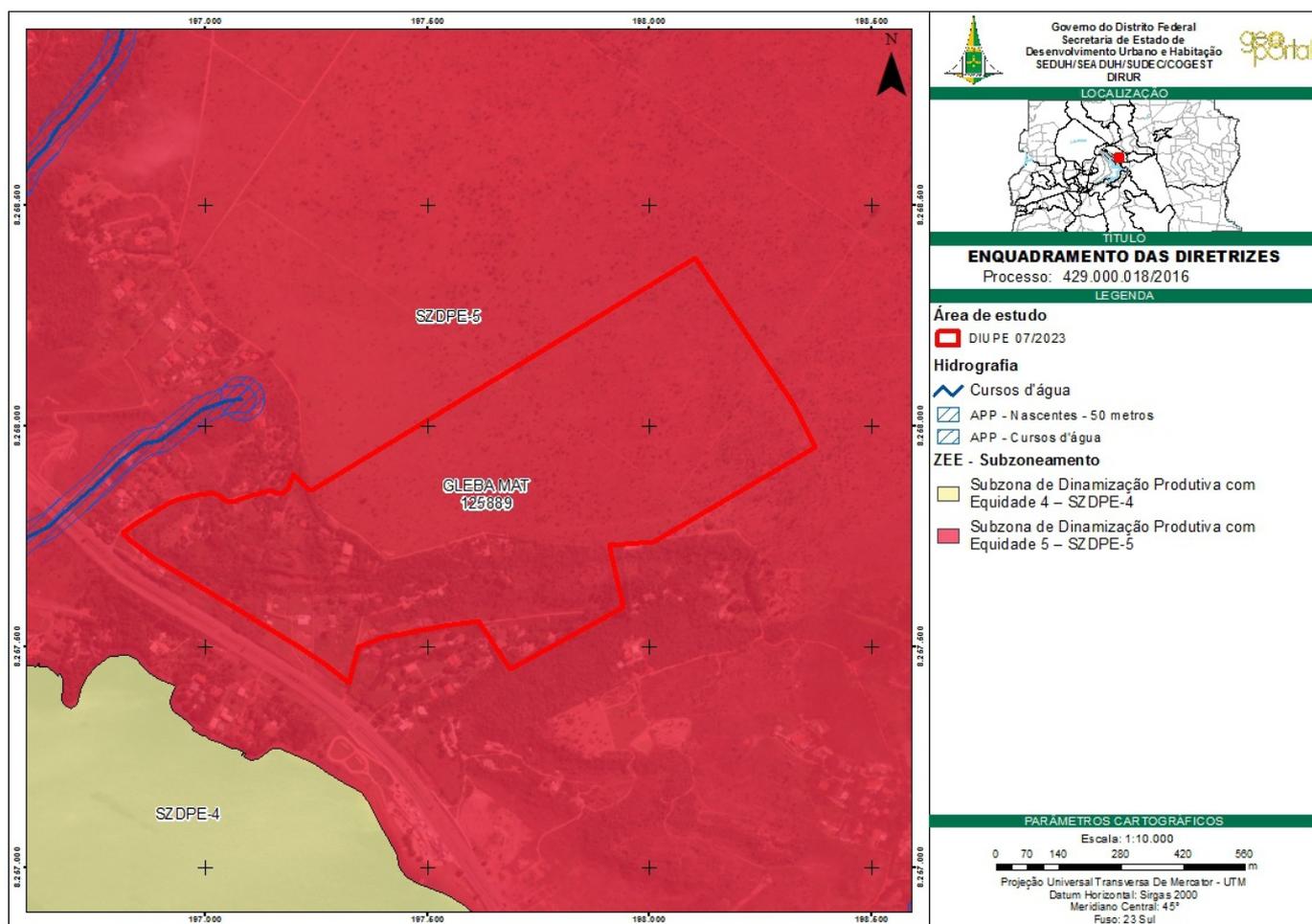


Figura 7: Localização da gleba em relação às Subzonas da Zona Ecológico-Econômica de Dinamização Produtiva com Equidade – ZEEDPE do ZEE-DF

3.9. A gleba está relacionada com os seguintes Riscos Ecológicos levantados pelo ZEE-DF: **A.** Riscos Ecológicos Co-localizados – **1 e 2 Riscos ambientais Alto ou Muito Alto (Figura 8)**; **B.** Risco Ecológico de Perda de Área de Recarga de Aquífero – **Muito Baixo, Baixo e Alto (Figura 9)** **C.** Risco Ecológico de Perda de Solo por Erosão – **Baixo e Muito Alto (Figura 10)** **D.** Risco Ecológico de Contaminação do Subsolo – **Muito Baixo e Alto (Figura 11)** **E.** Risco Ecológico de Perda de Áreas Remanescentes de Cerrado Nativo – **Ausência de Cerrado Nativo e Médio (Figura 12)**;

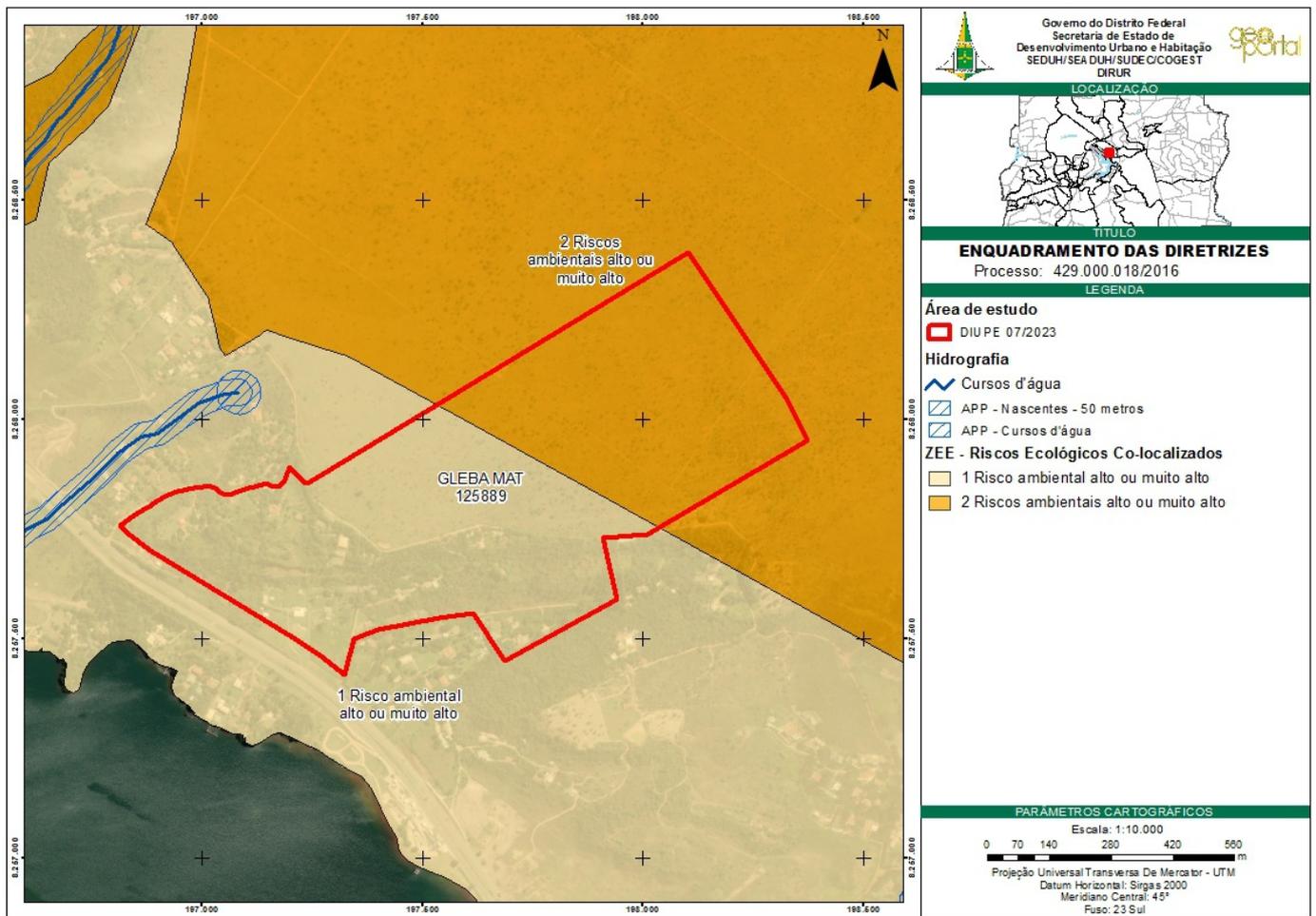


Figura 8: Localização da gleba em relação aos riscos ecológicos co-localizados do ZEE-DF

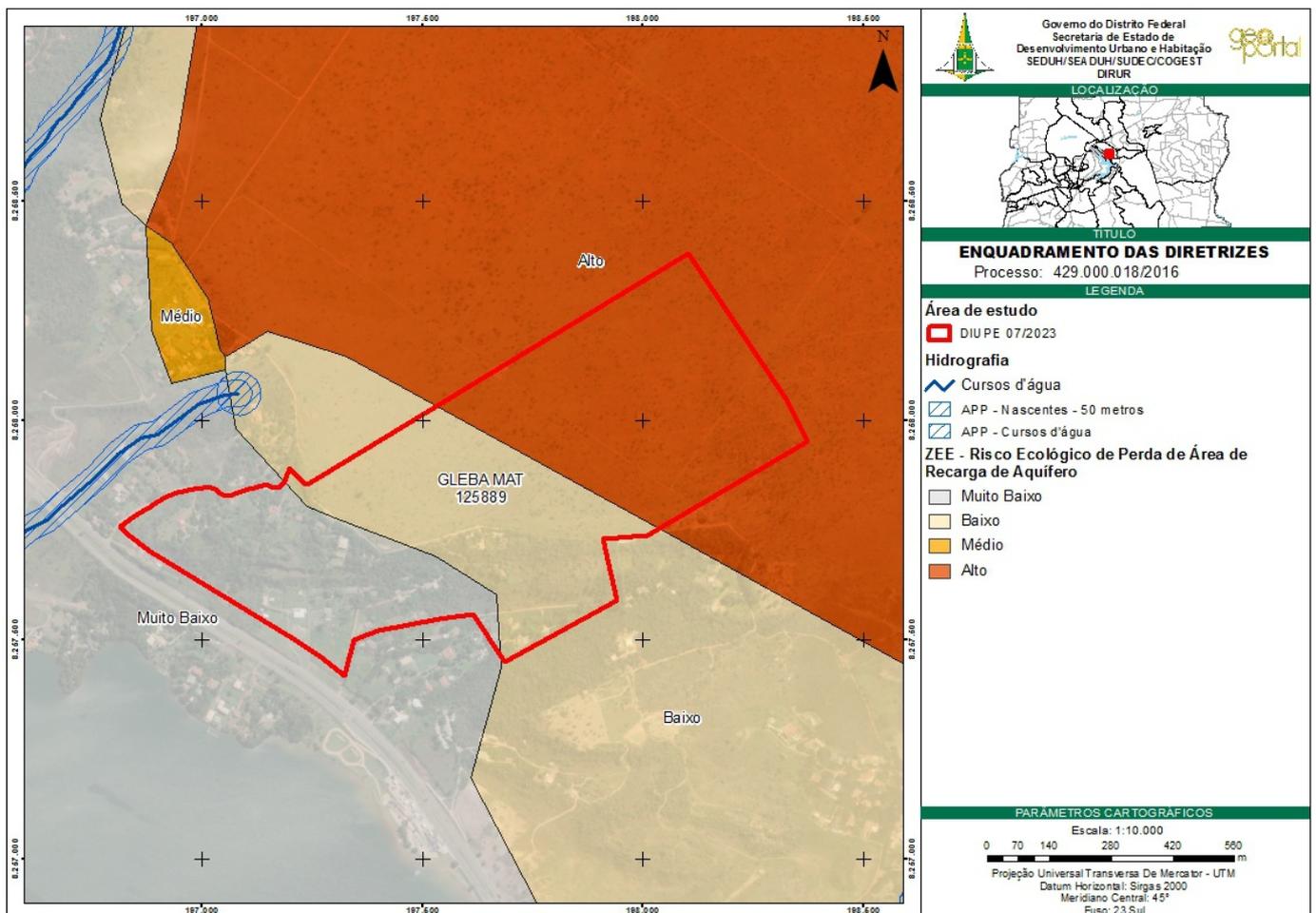


Figura 9: Localização da gleba em relação ao risco ecológico de perda de área de recarga de aquífero do ZEE-DF

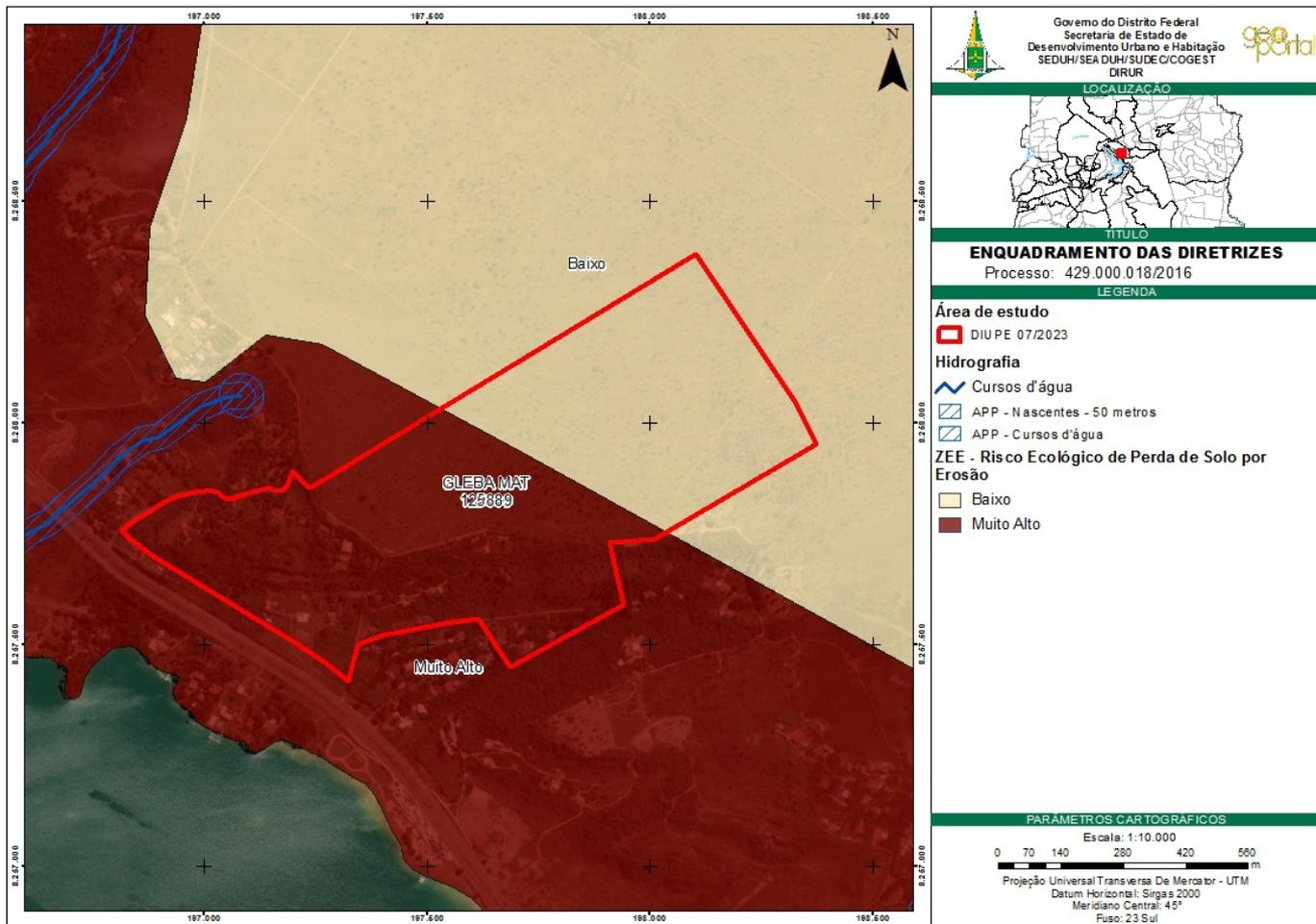


Figura 10: Localização da gleba em relação ao risco ecológico de perda de solo por erosão do ZEE-DF

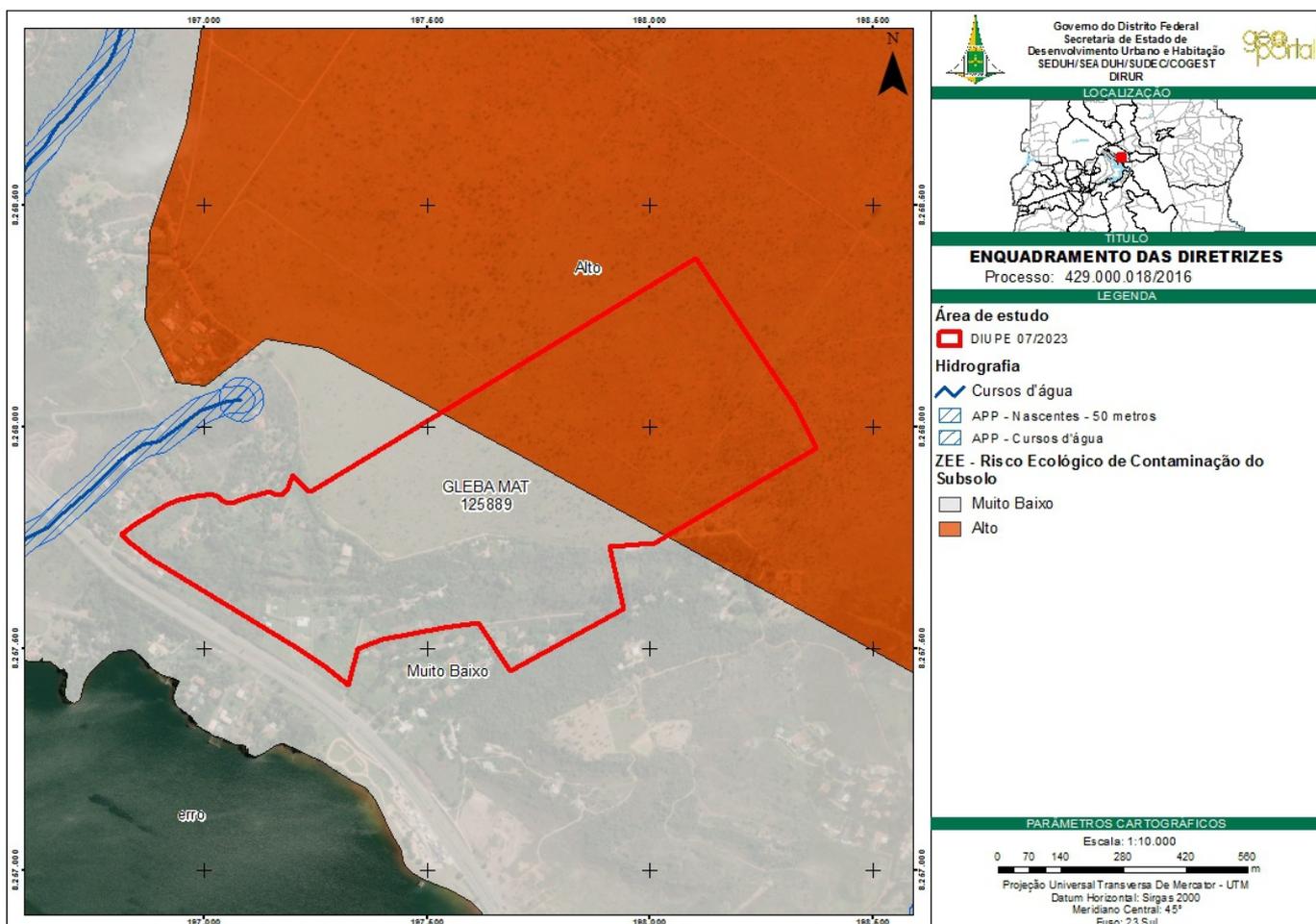


Figura 11: Localização da gleba em relação ao risco ecológico de contaminação do subsolo do ZEE-DF

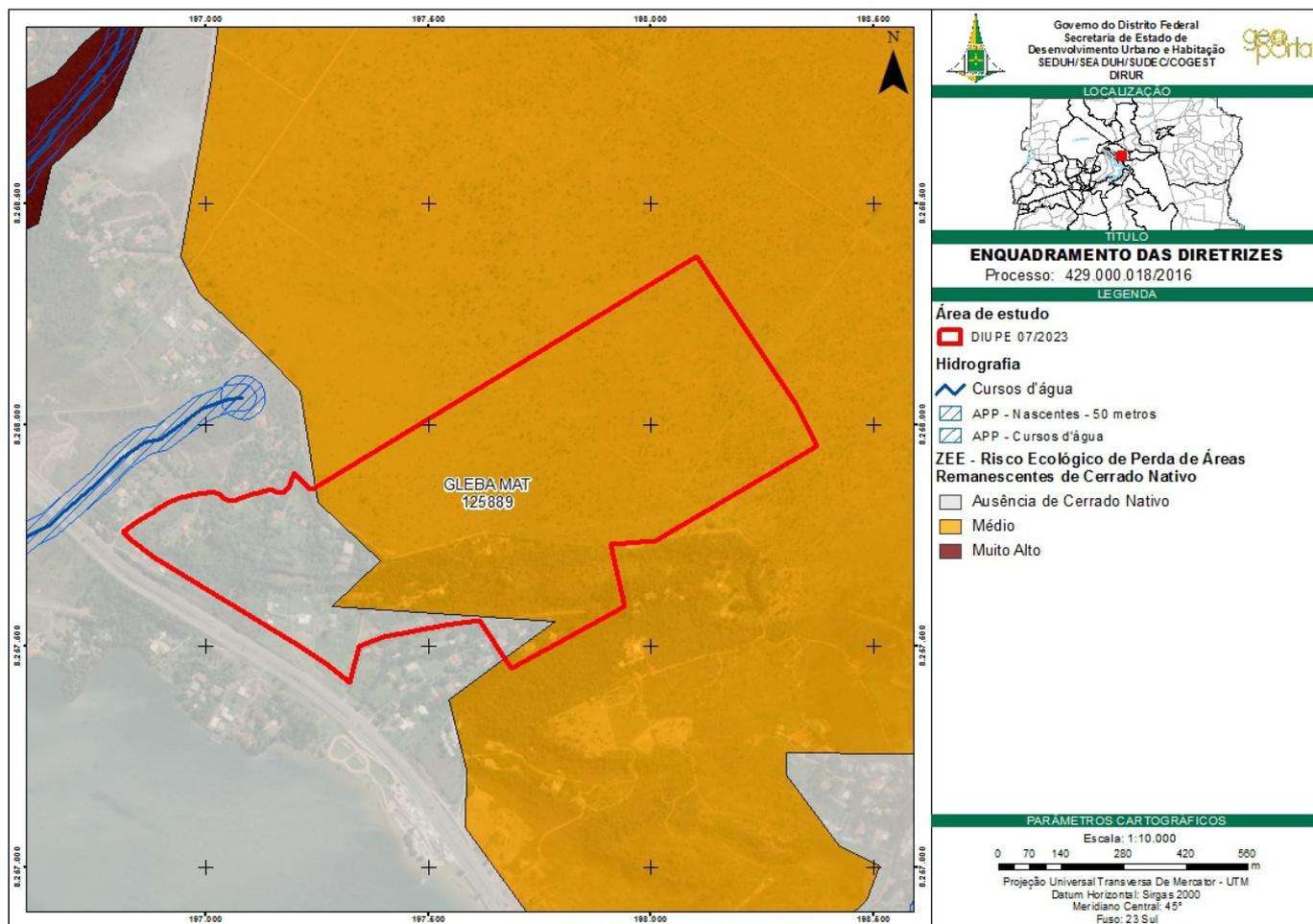


Figura 12: Localização da gleba em relação risco ecológico de perda de áreas remanescentes de cerrado nativo do ZEE-DF

3.9.1. Ressalta-se que as classificações de risco não são imutáveis, de modo que, as áreas de muito baixo, baixo e médio risco podem vir a ter sua classe alterada para alto e muito alto risco, em virtude das ações antrópicas, podendo causar sérios prejuízos ambientais a longo prazo;

3.9.2. Para a ocupação na área de **Riscos Ecológicos Co-localizados**, recomenda-se:

3.9.2.1. As soluções necessárias para a adequação de ocupação em relação a cada risco devem considerar a interferência dos Riscos sobrepostos;

3.9.2.2. Deve ser observado que a sobreposição de tipos de Risco aumenta a fragilidade ambiental da área, devendo ser escolhida a implementação de soluções que sejam transversais, visando não deflagrar ou acentuar os demais riscos sobrepostos, como é o caso da contaminação do solo e da perda de área de recarga de aquífero;

3.9.2.3. Caso haja implementação de algum tipo de técnica artificial para recarga de aquífero, reforçamos que devem ser observadas as questões relacionadas à qualidade e segurança da estrutura, a manutenção periódica e as condições geotécnicas do terreno, visando a não contaminação do solo e das águas superficiais.

3.9.3. Para a ocupação na área de **Risco Ecológico de Perda de Área de Recarga de Aquífero - Muito Baixo, Baixo e Alto**, recomenda-se:

3.9.3.1. A aplicação de estratégias de recuperação de vegetação, especialmente nas áreas verdes, com o objetivo de garantir a infiltração da água no solo, associadas às estratégias adotadas para as áreas de risco elevado de contaminação do solo;

3.9.3.2. Devem ser observadas as diretrizes contidas no **Plano de Manejo da APA do Planalto Central** referentes à **Zona de Uso Sustentável**, de forma a favorecer a recarga de aquíferos, natural e artificial, quando houver a implantação de novos empreendimentos;

3.9.3.3. A adoção de estratégias de recarga natural com a manutenção de áreas naturais visando preservar a permeabilidade natural do solo, observadas as orientações presentes no **Manual de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do Distrito Federal da ADASA**;

3.9.3.4. A adoção de estratégias de recarga natural e artificial deverá observar a sua finalidade, a qualidade da água, a necessidade de manutenção periódica e as recomendações técnicas de segurança, observados também os critérios dispostos no **Manual de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do Distrito Federal da ADASA**;

3.9.3.5. A adoção de estratégias de recarga natural e artificial devem ocorrer preferencialmente em áreas com baixas declividades, não devendo ocorrer em áreas com declividades superiores a 30% (trinta por cento);

3.9.3.6. Na implantação de novos empreendimentos em áreas com declividades inferiores a 5% (cinco por cento), especialmente nas áreas verdes, deverão ser adotadas estratégias de recuperação de vegetação para garantir a infiltração da água nos solos, juntamente com as estratégias adotadas para as áreas de risco elevado de contaminação do solo;

3.9.3.7. Devem ser previstos lotes de maiores dimensões para maiores percentagens de área permeável, e que as áreas não impermeabilizadas sejam preferencialmente as áreas com maior potencial de infiltração.

3.9.4. Para a ocupação na área de **Risco Ecológico de Perda de Solo por Erosão – Baixo e Muito Alto**, recomenda-se:

3.9.4.1. A remoção da cobertura vegetal e do solo superficial deve ocorrer, quando necessário, somente antes do início da implantação dos empreendimentos, preferencialmente em época de seca. Em período de chuvas, devem ser tomadas medidas para evitar a deflagração de processos erosivos;

3.9.4.2. Durante as intervenções relativas à implantação de empreendimentos, de pavimentação, de sistemas de drenagem, de esgotamento sanitário e demais infraestruturas, devem ser adotadas medidas preventivas à deflagração de processos hidro-erosivos;

3.9.4.3. Realizar as obras de infraestrutura, tais como obras de pavimentação, de micro e macrodrenagem, esgotamento sanitário e demais intervenções antes do processo de parcelamento e preferencialmente em época de seca, visando mitigar e/ou evitar a deflagração de processos hidroerosivos devido a interação entre o escoamento superficial e o solo exposto. Em período de chuva, devem ser tomadas medidas para evitar a deflagração de processos erosivos;

3.9.4.4. Lotes de menores dimensões não devem ser totalmente impermeabilizados visando reduzir o escoamento superficial.

3.9.5. Para a ocupação na área de **Risco Ecológico de Contaminação do Subsolo – Muito Baixo e Alto**, recomenda-se:

3.9.5.1. Não implementar atividades com alto potencial poluidor, principalmente em áreas cujo os solos e morfologia apresentam características que favoreçam a infiltração;

3.9.5.2. Observar o disposto na [Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009](#) de modo a atender os critérios definidos pelos órgãos ambientais competentes;

3.9.5.3. Observar as orientações constantes no **Manual de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do Distrito Federal da ADASA** de modo a atender os critérios definidos pelos órgãos ambientais competentes;

3.9.5.4. Estabelecer o controle rigoroso sobre a disposição de efluentes em superfícies ou em

subsuperfícies;

3.9.5.5. Parte da área objeto desta DIUPE está condicionada a um conjunto de fatores naturais que apresentam potencial para deflagrar pontos de alagamentos, principalmente após a impermeabilização do solo. Dessa forma, recomenda-se que o projeto faça observância a esses pontos a fim de evitar o incremento de possíveis pontos de alagamento dentro e fora da gleba (**Tabela 117 – Áreas de risco por Alagamentos e Deslizamentos ou Desabamentos – Defesa Civil e Mapa de Zoneamento de Risco de Alagamento, Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB-DF, pág. 250 e 257**).

3.9.6. Para a ocupação na área de **Risco Ecológico de Perda de Áreas Remanescentes de Cerrado Nativo – Ausência de Cerrado Nativo e Médio**, recomenda-se:

3.9.6.1. Novas ocupações e implementação de empreendimentos deverão ser objetos de análise a ser solicitada pelo órgão competente, na etapa de licenciamento ambiental, visto que a remoção da cobertura vegetal pode desencadear processos erosivos, principalmente se associados ao lançamento de águas oriundas de escoamento superficial em áreas cuja cobertura vegetal foi removida.

3.10. As análises ambientais apresentadas nestas diretrizes não substituem os estudos de avaliação de impacto ambiental, a serem solicitados pelo órgão competente, na etapa de licenciamento ambiental;

3.10.1. Estudo ambiental poderá identificar outras restrições ou sensibilidades que não foram identificadas nestas Diretrizes.

4. Diretrizes de Sistema Viário e Circulação

4.1. A representação do Sistema Viário e Circulação de acordo com a DIUR 05/2013 está na **Figura 13**;

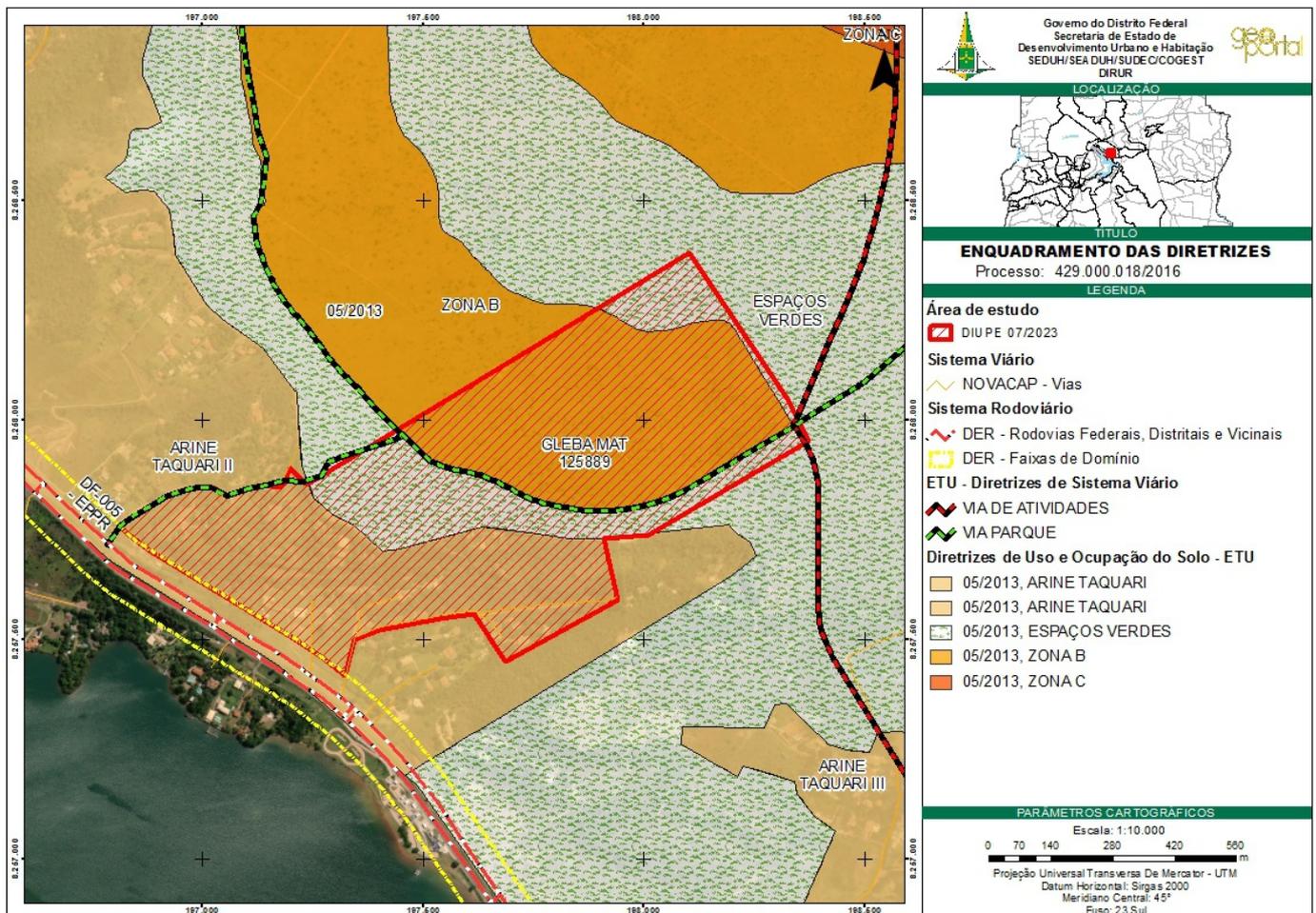


Figura 13: Diretrizes de Sistema Viário e Circulação e Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo desta DIUPE

4.1.1. Conforme ilustrado na **Figura 13**, a poligonal da área de parcelamento é acessada pelas **Vias de Atividades** e **Vias Parque** da DIUR 05/2013;

4.1.1.1. As **Vias de Atividades** constituem o sistema viário estruturante, com vias de grande abrangência que possibilitam o trânsito interno do setor; Conciliam a fluidez do tráfego, o transporte coletivo, a circulação de pedestres e acessibilidade às atividades lindeiras. São adequadas à estruturação de atividades comerciais diretamente nas calçadas com vitrines e fachadas que interagem como espaço público;

4.1.1.2. As **Vias Parque** visam a acessibilidade da população às áreas com sensibilidade ambiental e a valorização dessas áreas como elemento da paisagem urbana, configurando o contorno de parques urbanos ou outros espaços livres de uso público e buscam garantir acesso da população a essas áreas. Exercem também a função de limite visível entre o ambiente público e o privado, de tráfego lento, apresentando medidas de *Traffic Calming*. Todas as Vias Parque devem ser acompanhadas por ciclovias.

4.2. Todas as propostas de intervenção viária com as vias existentes devem ser consultadas e aprovadas pelos órgãos de trânsito competentes;

4.3. O traçado viário proposto no parcelamento deve garantir a continuidade dos sistemas viário, cicloviário e de pedestres, bem como a implantação de mobiliário urbano e arborização;

4.3.1. O acesso direto à gleba, aos lotes e/ou empreendimentos de caráter exclusivamente residencial deverá ser proposto através da **Via de Circulação de Vizinhança** e/ou de vias locais (laterais ou paralelas) conectadas à **Via de Atividades**;

4.3.2. Não poderá ocorrer acesso à gleba, aos lotes e/ou empreendimentos de caráter exclusivamente residencial diretamente pela **Via de Atividades**.

4.4. As vias indicadas nestas Diretrizes são públicas e não podem ser obstruídas por muros, cercas, guaritas, ou qualquer outro impedimento à livre circulação da população;

4.5. O traçado viário é indicativo e poderá sofrer ajustes na elaboração do projeto urbanístico, desde que garantida sua continuidade e conexão da malha urbana;

4.6. Além das vias indicadas nestas Diretrizes, o projeto urbanístico deve prever sistema viário complementar que promova permeabilidade e integração do tecido urbano;

4.7. O projeto do parcelamento deve prever o espaço necessário para implantação de caixas da via com todos os seus componentes;

4.8. Os projetos de sistema viário e de circulação de parcelamento aprovados para as glebas vizinhas ou que integrem os projetos de parcelamento do solo protocolados na Subsecretaria de Parcelamentos e Regularização Fundiária (SUPAR) desta Secretaria, devem ser considerados, caso existam. Esse procedimento visa compatibilizar os projetos de sistema viário e de circulação, mantendo a concordância do traçado viário;

4.9. O sistema viário deve seguir o disposto no [Decreto nº 38.047, de 09 de março de 2017](#), e na [Nota Técnica nº 02/2015-DAUrb/SUAT](#), disponível para download no site desta Secretaria;

4.10. O sistema viário deve considerar as orientações constantes no [Guia de Urbanização](#);

4.11. A caixa das vias limítrofes à gleba deve ter seus eixos coincidentes com o limite da gleba a ser parcelada ou com o eixo de via existente;

4.12. O projeto do sistema viário inserido na poligonal da gleba deve observar as dimensões mínimas estabelecidas para a caixa de via, conforme referências indicadas nos itens **4.9** e **4.10**;

4.13. O projeto urbanístico deve prever a implantação de uma rede de calçadas segura, confortável e

agradável, a fim de incentivar a mobilidade ativa, principalmente no interior da ocupação urbana;

4.14. O projeto urbanístico deve prever a criação de percursos agradáveis com infraestrutura adequada, como pavimentação, arborização, mobiliário urbano, iluminação pública, que atendam a critérios estéticos e funcionais, valorizando o pedestre e o ciclista enquanto usuários do espaço público e aumentando as possibilidades de transporte não motorizado;

4.15. As dimensões das calçadas devem ser adequadas ao tipo de uso e ocupação previstos para área, garantindo mobilidade e acessibilidade universais de acordo com legislação e normas vigentes;

4.16. Os estacionamentos públicos devem seguir o disposto no [Decreto nº 38.047, de 09 de março de 2017](#);

4.16.1. Os estacionamentos privados devem conter paraciclos ou bicicletários, os quais não devem obstruir o passeio, permitindo a livre circulação de pedestres.

4.17. Os bolsões de estacionamento, públicos e privados, devem ficar localizados próximos às edificações de uso comercial, entretanto, seu acesso não deve ocorrer pela testada principal do lote;

4.17.1. As infraestruturas de circulação de pedestres e ciclistas devem obrigatoriamente ser previstas adjacentes às fachadas ativas das edificações, com a exceção das situações onde essas infraestruturas devem ser deslocadas para garantir a continuidade de infraestrutura já existente ou padrão definido pela SUPAR, que deva ser atendido pelos parcelamentos adjacentes.

4.18. As rampas de acesso a estacionamentos, públicos e privados, e a pátios de carga e descarga, não deverão obstruir o passeio de calçadas, permitindo a livre circulação de pedestres;

4.19. Os estacionamentos devem atender a critérios de acessibilidade e de manutenção da permeabilidade do solo, salvo mediante justificativa técnica aprovada pelo órgão gestor de planejamento urbano e territorial do Distrito Federal;

4.20. Deve ser realizada, conforme definição a ser fornecida pela SUPAR, a padronização das calçadas, iluminação, pavimentação, mobiliário urbano e outros, quando esses ultrapassem os limites das glebas, a fim de assegurar a unidade de tecido urbano a ser constituído ao longo do tempo;

4.21. As vias existentes, inseridas na gleba devem ser readequadas de maneira a receber o mesmo tratamento urbanístico que as novas vias do parcelamento, com a implantação de calçadas, mobiliário urbano, arborização e sinalização, ciclofaixas, ciclovias e vias compartilhadas conforme for o caso;

4.22. Devem ser implantadas ciclovias/ciclofaixas/vias compartilhadas, ao longo de todo o sistema viário relativo ao projeto de parcelamento, existente ou projetado, salvo mediante justificativa técnica aprovada pelo órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal.

5. Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo

5.1. O plano de ocupação deve seguir as diretrizes gerais para o zoneamento, conforme o Art. 14 do ZEE-DF ([Lei Nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019](#));

5.2. A gleba está inserida nas zonas: **ARINE, Sistema de Espaços Verdes e Zona B** da DIUR 05/2013;

5.2.1. A **Zona ARINE** corresponde às Áreas de Regularização de Interesse Específico – **ARINE Taquari II** e **ARINE Taquari III**, estabelecidos pelo PDOT, e situadas em terreno de encosta, com declive acentuado, e em áreas que contornam ou estão nas proximidades dos espaços ambientalmente protegidos – APP;

5.2.1.1. Na **Zona ARINE** as UOS admitidas são: **RO 3, CSII 1, CSIIR 1, CSIIR 1 NO, Inst e Inst EP.**

5.2.2. A **Zona Sistema de Espaços Verdes** corresponde ao mosaico de espaços livres de uso público, áreas verdes, parques urbanos e áreas ambientalmente protegidas. Esses espaços visam, além da proteção de áreas ambientalmente sensíveis e a manutenção da paisagem do entorno do Conjunto

Urbano Tombado de Brasília, proporcionar elementos de integração entre o meio natural e o meio urbano;

5.2.2.1. Na **Zona Sistema de Espaços Verdes** as UOS admitidas são: **UE 2, UE 12, UE 15 e Inst EP.**

5.2.3. A **Zona B** corresponde à área de relevo plano elevado de pouca declividade, configurando porção a ser destinada, preferencialmente, ao uso residencial multifamiliar;

5.2.3.1. Na **Zona B** as UOS admitidas são: **RO 1, RO 2, CSII 1, CSII 2, CSIIR 1, CSIIR 2, CSIIR 1 NO, Inst Inst EP.**

5.3. Os parâmetros de Uso e Ocupação do Solo estão indicados na **Tabela 1** e na **Tabela 2**;

Tabela 1: Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo para a Zona ARINE

Zona	UOS	Coeficiente de Aproveitamento Básico		Coeficiente de Aproveitamento Máximo	Altura Máxima
		R≤400m ²	R>400m ²		
Zona ARINE	RO 3	1,0	0,8	2,0	9,0
	CSII 1	1,0		2,0	9,0
	CSIIR 1	1,0		4,0	9,0
	CSIIR 1 NO	1,0		4,0	9,0
	Inst	1,0		-	9,0
	Inst EP	Parâmetros constantes no Art. 11 da LUOS.			

Observações da **Tabela 1**:

1. **R:** Lotes de uso residencial (**Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021**);
2. Os parâmetros apresentados na **Tabela 1** aplicam-se apenas aos projetos de regularização integrantes da área da **ARINE Taquari II (PDOT)**, definidos pela **Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021**;
3. Os Lotes Residenciais (**R**) da **Zona ARINE** devem obedecer as seguintes dimensões, definidas pela **Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021**: **Área Máxima de 2.500 m²** (dois mil e quinhentos metros quadrados) e **Área Mínima de 125 m²** (cento e vinte e cinco metros quadrados);
4. Lotes destinados à produção agrícola podem possuir área superior a 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), com coeficiente de aproveitamento básico de 0,3 (três décimos);
5. Podem ser regularizados os lotes residenciais unifamiliares ocupados até a data de publicação da **Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021**, que possuam área inferior à estabelecida para lote mínimo, desde que não seja inferior a 88 m² (oitenta e oito metros quadrados) e com testada mínima de 5 m (cinco metros);
6. De acordo com a **DIUR 05/2013**, o uso e a ocupação da **Zona ARINE** deverão: ser compatíveis com a proteção do meio ambiente, com ênfase nas encostas e APP; e, manter a baixa densidade demográfica e de ocupação;
7. Os valores definidos para **Altura Máxima (m)** na **Tabela 1** correspondem à Altura Máxima definida pela **Portaria IPHAN nº 68/2012** e reiterada pelo **PARECER TÉCNICO N.º 69/2022/COTEC IPHAN-DF/IPHAN-DF** (id. 89139383) presente no Processo SEI 0429-000018/2016;
8. Estudos e condicionantes ambientais podem determinar valores mínimos de Taxas de Permeabilidade para a **Zona ARINE**.

Tabela 2: Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo por zona

Zona	UOS	Coeficiente de Aproveitamento Básico	Coeficiente de Aproveitamento Máximo	Altura Máxima (m)	Taxa de Permeabilidade (% Mínima)
SISTEMA DE ESPAÇOS VERDES	UE 2 UE 12 UE 15	Parâmetros constantes nos Art. 38 e 39 da LUOS.			
	Inst EP	Parâmetros constantes no Art. 11 da LUOS.			

ZONA B	RO 1 RO 2	1,0	1,5	9,0	20				
	CSII 1 CSII 2								
	CSIIR 1 CSIIR 2								
	CSIIR 1 NO								
	Inst								
	Inst EP					Parâmetros constantes no Art. 11 da LUOS.			

Observações da **Tabela 2**:

1. A altura máxima das edificações deve ser considerada a partir da cota de soleira, sendo excluídos do cômputo da altura os seguintes elementos: caixas d'água, casas de máquinas, antenas, chaminés, campanários e para-raios;
2. Os projetos urbanísticos poderão estabelecer coeficientes máximos inferiores ao definido na Tabela;
3. Na categoria de **UOS Inst EP** a Taxa de Permeabilidade mínima é de 20% (vinte por cento);
4. As categorias de **UOS CSII 2** e **CSIIR 2** são admitidas apenas aos lotes lindeiros às **Vias de Atividades**;
5. Nas **Vias de Atividades**, para novos empreendimentos, o uso residencial é permitido apenas nos pavimentos superiores, não sendo permitido nos pavimentos térreo e sobreloja;
6. A área mínima dos lotes é de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e 5 m (cinco metros) de testada para novos parcelamentos;
7. Os lotes residenciais de habitação coletiva ou condomínios urbanísticos deverão ter área máxima de 60.000 m² (sessenta mil metros quadrados);
8. Os projetos urbanísticos deverão mesclar a oferta de áreas habitacionais para diferentes faixas de renda e com diferentes tipologias;
9. De acordo com a DIUR 05/2013, as edificações realizadas no interior de áreas verdes, parques urbanos e unidades de conservação integrantes da **Zona Sistemas de Espaços Verdes** deverão ter 7 m (sete metros) de Altura Máxima;
10. Os valores definidos para **Altura Máxima (m)** na **Tabela 2** correspondem à Altura Máxima definida pela **Portaria IPHAN nº 68/2012** e reiterada pelo **PARECER TÉCNICO N.º 69/2022/COTEC IPHAN-DF/IPHAN-DF** (id. 89139383) presente no Processo SEI 0429-000018/2016;
11. Estudos e condicionantes ambientais podem determinar alterações nas taxas de permeabilidade previstas.

5.4. A gleba objeto desta DIUPE está localizada no **Setor de Entorno 05 – Ocupação Controlada II (SE-05)** da Área de Entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília, definido pela [Portaria IPHAN nº 68, de 15 de fevereiro de 2012](#);

5.4.1. Deverá ser submetido ao IPHAN qualquer projeto que ultrapasse o limite de **9 (nove) metros de altura**, contados a partir da cota de soleira do lote, de acordo com o art. 9º da [Portaria IPHAN nº 68, de 15 de fevereiro de 2012](#);

5.4.2. Qualquer projeto que envolva mudança no parcelamento e/ou uso do solo, incluindo novos loteamentos e/ou projetos de regularização fundiária deverá ser submetido ao IPHAN para análise e manifestação, nos termos do Art. 18 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e da Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010, de acordo com o art. 3º da [Portaria IPHAN nº 68, de 15 de fevereiro de 2012](#).

5.5. A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação ([Lei Federal N° 6.766, de 19 de](#)

[dezembro de 1979](#));

5.5.1. O projeto de infraestrutura poderá propor soluções que sejam mais adequadas às características do terreno, desde que sejam suficientes para satisfazer os critérios ambientais que garantam a devida ocupação.

5.6. O projeto urbanístico do novo parcelamento deve considerar a ocupação existente no entorno, a fim de constituir um tecido urbano integrado e com diversidade de funções;

5.7. Os limites máximos de altura indicados nestas Diretrizes podem ser ultrapassados pelos equipamentos públicos comunitários, cujas atividades assim o exigirem;

5.8. A configuração do parcelamento deve evitar a constituição de becos e vazios intersticiais que podem resultar em espaços públicos sem vitalidade e inseguros;

5.9. Os projetos urbanísticos deverão considerar para quarteirões, preferencialmente, as medidas máximas de 250 m (duzentos e cinquenta metros) lineares em cada lateral ou 60.000 m² (sessenta mil metros quadrados) de área;

5.10. A impermeabilização máxima do solo de novos empreendimentos urbanos inseridos na **Zona de Uso Sustentável (APA do Planalto Central)** fica restrita a porcentagem definida pelo **Plano de Manejo da APA do Planalto Central**;

5.11. O projeto de urbanismo deve evitar fundos de lotes voltadas para o logradouro público e são obrigatórios nos tratamentos de divisas de lotes voltadas ao logradouro público o uso de fachadas ativas e permeabilidade mínima de 50% (cinquenta por cento), conforme art. 34, § 2º da LUOS ([Lei Complementar Nº 948, de 16 de janeiro de 2019](#), e sua atualização, [Lei Complementar nº 1.007, de 28 de abril de 2022](#));

5.11.1. Entende-se por logradouro público área não-edificada, de uso comum e público, sendo as ruas, avenidas, alamedas, praças, largos, travessas, becos, jardins, parques, viadutos, pontes, rodovias, estradas, caminhos etc.;

5.11.2. Deverão ser atendidos todos os requisitos constantes no art. 34 da LUOS ([Lei Complementar Nº 948, de 16 de janeiro de 2019](#), e sua atualização, [Lei Complementar nº 1.007, de 28 de abril de 2022](#)).

5.12. O projeto urbanístico deve considerar as orientações constantes no [Estudo Técnico nº 03/2017 – COINST/SUGEST/SEGETH](#), disponível para download no site desta Secretaria.

6. Diretrizes de Densidade populacional

6.1. A gleba está totalmente inserida na zona de densidade **Baixa** do PDOT;

6.2. A DIUR 05/2013 define, nos termos do Parágrafo único do art. 39 do PDOT, a variação da densidade demográfica definida para cada **Porção Territorial**, preservada a média estipulada (**Figura 14**);

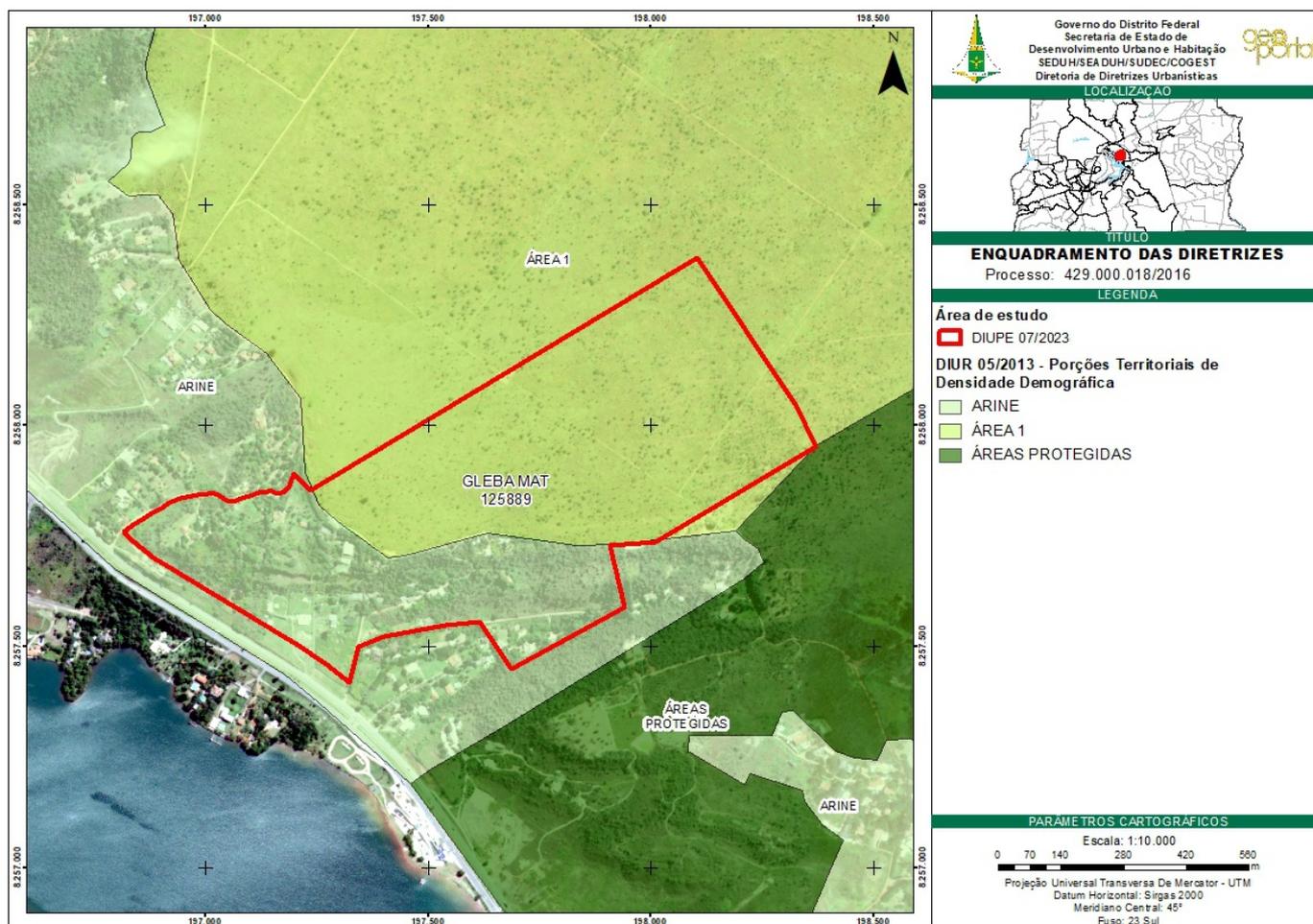


Figura 14: Localização da gleba em relação às Porções Territoriais da DIUR 05/2013

6.2.1. As Porções Territoriais da gleba, a faixa de densidade admitida, e a população mínima e máxima definidas pela DIUR 05/2013 estão descritas na **Tabela 3**;

Tabela 3: Densidade aplicável à área de estudo de acordo com a DIUR 05/2013

Porção Territorial DIUR 05/2013	Área (ha)	Densidade Máxima (hab/ha)	População máxima (hab)
ARINE	25,090	15	376
Área 1	40,422	115	4.648
Total:			5.024

6.3. Não há obrigação quanto à utilização dessa densidade ou seu acréscimo, o projeto de urbanismo poderá prever nessas áreas usos exclusivamente de atividades econômicas sem residência;

6.4. O Licenciamento Ambiental e/ou o Estudo Ambiental poderá redefinir as poligonais das APP, indicando áreas diferentes das apresentadas nesta DIUPE. Havendo alteração nos valores definidos para área parcelável desta DIUPE em decorrência do Licenciamento Ambiental e/ou o Estudo Ambiental, deverá ser mantida a **Densidade Admitida para cada Porção Territorial definida na DIUR 05/2013**.

7. Diretrizes de Áreas Públicas

7.1. De acordo com o art. 43 do PDOT, [Lei Complementar N° 803, de 25 de abril de 2009](#) 20% (vinte por cento) da área devem ser destinados a UOS Inst-EP (EPC e EPU) e ELUP, de uso e domínio público;

7.2. Os percentuais mínimos de de ELUP e UOS Inst-EP para a **Área de Regularização de Interesse Específico - ARINE Taquari II** estão definidos na **Tabela 4**;

Tabela 4: Tabela de percentual mínimo exigido para cada tipologia de áreas públicas para a ARINE Taquari II

ÁREAS PÚBLICAS	PERCENTUAL MÍNIMO	ÁREA (ha)
Espaço Livre de Uso Público - ELUP	10%	2,51
UOS Inst - EP	10%	2,51
Total mínimo exigido:	20%	5,20

7.3. Os percentuais mínimos de de ELUP e UOS Inst-EP para o **restante da gleba (área fora da ARINE)** estão definidos na **Tabela 5**;

Tabela 5: Tabela de percentual mínimo exigido para cada tipologia de áreas públicas para o restante da gleba

ÁREAS PÚBLICAS	PERCENTUAL MÍNIMO	ÁREA (ha)
Espaço Livre de Uso Público - ELUP	15%	6,06
UOS Inst - EP	5%	2,02
Total mínimo exigido:	20%	8,08

7.4. Os lotes **UOS Inst-EP** destinam-se aos Equipamentos Públicos Comunitários - EPC e/ou Equipamentos Públicos Urbanos - EPU, conforme definição da LUOS ([Lei Complementar Nº 948, de 16 de janeiro de 2019](#) e sua atualização, [Lei Complementar nº 1.007, de 28 de abril de 2022](#));

7.4.1. Os valores de Percentual Mínimo (%) para UOS Inst-EP (EPC e EPU) e ELUP, definidos nas **Tabelas 4 e 5**, poderão ser alterados pela SUPAR após a realização de consulta técnica às concessionárias de serviços públicos, desde que seja mantido o somatório mínimo de 20% (vinte por cento) destinado às áreas públicas, conforme o art. 43 da [Lei Complementar Nº 803, de 25 de abril de 2009](#);

7.4.2. A localização e as dimensões das faixas de servidão para implantação de redes de serviços poderão ser alteradas pela SUPAR após a realização de consulta técnica às concessionárias de serviços públicos, desde que seja mantido o somatório mínimo de 20% (vinte por cento) destinado às áreas públicas, conforme o art. 43 da [Lei Complementar Nº 803, de 25 de abril de 2009](#);

7.5. As categorias de **UOS UE 2 (Praça e Parque infantil)**, **UE 12 (Parques urbanos)** e **UE 15 (Viveiros)** admitidas na **Zona de Sistema de Espaços Verdes** não serão computados como Inst-EP;

7.5.1. Para a categoria de **UOS UE 12 (Parques urbanos)** aplica-se o disposto no [Decreto nº 43.960, de 21 de novembro de 2022](#);

7.5.1.1. Para a categoria de **UOS UE 12 (Parques urbanos)**, os planos de ocupação devem definir suas poligonais e as parcelas dos parques urbanos a serem utilizadas para o desenvolvimento de atividades recreativas, culturais, esportivas, educacionais, artísticas e comerciais, a fim de subsidiar a elaboração do projeto de paisagismo, nos termos da Lei Complementar nº 961, de 26 de dezembro de 2019, de acordo com § 6º do art. 39 da [Lei Complementar Nº 948, de 16 de janeiro de 2019](#) e sua atualização, [Lei Complementar nº 1.007, de 28 de abril de 2022](#);

7.5.2. De acordo com o inciso IX do § 1º do art. 5º da [Lei Complementar Nº 948, de 16 de janeiro de 2019](#) e sua atualização, [Lei Complementar nº 1.007, de 28 de abril de 2022](#), a **UOS Inst EP (Institucional Equipamento Público)** constitui **lote de propriedade do poder público** que abrigue, de forma simultânea ou não, equipamentos urbanos ou comunitários;

7.6. O percentual de EPU, assim como sua localização e a dimensão das faixas de servidão para a sua implantação, podem ser alterados após consulta às concessionárias, tendo em vista o princípio de aproveitamento do território;

7.7. Os EPC e ELUP devem ser integrados ao tecido urbano por meio das vias, calçadas, ciclovias/ciclofaixas, de modo a propiciar o acesso da população à essas áreas;

7.8. A destinação de lotes para EPC e ELUP deve priorizar a localização nas proximidades dos demais

lotes de empreendimentos vizinhos destinados às Áreas Públicas, tendo em vista o princípio de aproveitamento do território; e, necessariamente, em áreas de franco acesso, a fim de garantir seu uso pela população. Dessa forma, não podem ser localizados no interior das áreas do condomínio urbanístico ou loteamentos fechados no parcelamento;

7.9. Não são admitidas áreas ou lotes destinados à EPC em áreas com declividade superior a 30% (trinta por cento) ou em áreas demarcadas como Área de Preservação Permanente – APP, nos termos da [Lei Federal N° 6.766, de 19 de dezembro de 1979](#) e da [Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012](#);

7.10. Os ELUP devem constituir espaços públicos qualificados de lazer e recreação para a população, com infraestrutura e mobiliário urbano que proporcionem atividades diversificadas, incentivando a sua apropriação pela população e incorporando áreas de vegetação nativa existente quando possível;

7.11. Os ELUP devem estar localizados, preferencialmente, nas proximidades de Áreas de Preservação Permanente - APP, a fim de garantir a preservação da vegetação com uso e ocupação compatível com a fragilidade ambiental;

7.12. No entorno dos ELUP, a destinação dos lotes deve buscar a diversidade e complementaridade de usos, dando preferência ao uso misto, a fim de contribuir para a vitalidade do espaço e para a segurança da população nas diferentes horas do dia;

7.13. Não poderão ser considerados/classificados como ELUP os canteiros centrais de vias e rodovias, assim como quaisquer outras áreas pertencentes aos elementos de sistema viário: como divisores de recuos e pistas de rolagem, áreas não ocupadas de rotatórias e elementos organizadores de estacionamento;

7.14. Não poderão ser considerados/classificados como ELUP as nesgas de terra onde não seja possível inscrever um círculo com raio mínimo de 10,00 metros;

7.15. O projeto de urbanismo deve evitar fundos de lotes voltados para os ELUP, sendo obrigatório o uso de fachadas ativas e permeabilidade mínima de 50% (cinquenta por cento) nos tratamentos de divisas de lotes voltadas aos ELUP, conforme o art. 34, § 2º da LUOS ([Lei Complementar N° 948, de 16 de janeiro de 2019](#) e sua atualização, [Lei Complementar nº 1.007, de 28 de abril de 2022](#)).

8. Disposições Finais

8.1. O projeto urbanístico deve obrigatoriamente incorporar as disposições de uso e ocupação do solo definidas nestas Diretrizes e seus anexos no que tange ao sistema viário, densidade populacional e áreas públicas e o uso e ocupação do solo nos termos do Art. 5º da LUOS, que dispõe sobre as Unidades de Uso e Ocupação do Solo – UOS;

8.2. No caso de o parcelamento ser constituído, no todo ou em parte, por condomínio urbanístico, é necessária a apresentação de seu plano de ocupação junto com o Estudo Preliminar;

8.3. Para os demais parâmetros e orientações de projeto não apresentados nestas Diretrizes Urbanísticas Específicas, aplica-se a DIUR 05/2013;

8.4. Os projetos urbanísticos devem estar em conformidade com as legislações vigentes aplicáveis à poligonal destas Diretrizes Urbanísticas;

8.5. Os projetos urbanísticos devem observar a normatização de endereçamento definida pela Coordenação do Sistema de Informação Territorial e Urbano - COSIT/UNTEC/SEDUH, considerando a homogeneização no tratamento do endereçamento deste território;

8.6. Os projetos urbanísticos devem ser submetidos à avaliação e aprovação do órgão de Gestão de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Distrito Federal, a fim de apreciação do atendimento a estas Diretrizes Urbanísticas;

8.7. Os projetos urbanísticos devem ser submetidos à apreciação do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN;

8.8. Os projetos de infraestrutura devem ser submetidos à avaliação e à aprovação dos órgãos setoriais e ao órgão de Gestão de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Distrito Federal;

8.9. Os casos omissos devem ser analisados pelo órgão de Gestão de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Distrito Federal, com base nas disposições das legislações vigentes e desta DIUPE;

8.10. Outras restrições referentes às UOS, Altura Máxima admitida e sistema viário da gleba podem ser acrescidas pelo órgão ambiental e demais órgãos responsáveis, em virtude da Faixa de Servidão associada às Linhas de Transmissão de Energia;

8.11. As intervenções em áreas da Faixa de Servidão associada às Linhas de Transmissão de Energia devem ser obrigatoriamente consultadas e aprovadas pelo órgão ambiental e demais órgãos responsáveis, de acordo com [Portaria N° 421, de 26 de outubro de 2011](#) e o [Decreto nº 84.398, de 16 de Julho de 1980](#), alterado pelo [Decreto nº 86.859, de 19 de janeiro de 1982](#);

8.12. O Licenciamento Ambiental e/ou o Estudo Ambiental poderá identificar outras restrições que não foram apontadas nestas Diretrizes, podendo restringir os parâmetros urbanísticos em função da sensibilidade da área.



Documento assinado eletronicamente por **INGRED MENDES RIBEIRO SAMPAIO - Matr. 0279499-3, Assessor(a)**, em 05/05/2023, às 15:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **YAMILA KHRISNA OLIVEIRA DO NASCIMENTO CUNHA - Matr. 0274799-5, Diretor(a) de Diretrizes Urbanísticas**, em 05/05/2023, às 15:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREA MENDONÇA DE MOURA - Matr.0276486-5, Subsecretário(a) de Desenvolvimento das Cidades**, em 05/05/2023, às 17:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JANAINA DOMINGOS VIEIRA - Matr.0276383-4, Secretário(a) Adjunto(a) de Desenvolvimento Urbano e Habitação**, em 08/05/2023, às 09:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=111941969 código CRC= **43D385E2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF